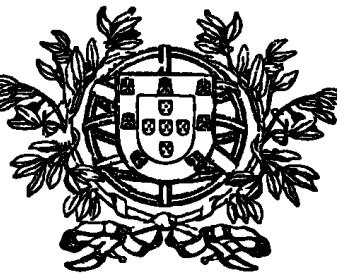


# DIÁRIO DO GOVÉRNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trouxerem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.  
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano . . . . . 185000  
Ditas por semestre . . . . . 100000  
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40  
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-seão 10 réis de sítio por cada anúncio publicado no Diário do Governo

Anúncios, por linha . . . . . 60  
Comunicados e correspondências, por linha . . . . . 60  
A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva imprensa.

## SUMÁRIO

### MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.  
Decreto de 9 de Março, mandando abonar uma gratificação, por serviços extraordinários, a um segundo oficial da Direcção Geral da Instrução Primária.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Despachos e rectificações a despachos, sobre movimento de pessoal do registo civil.

Despacho concedendo uma pensão ao pároco da freguesia de Macedo.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Nova publicação, rectificada, do sorteio de títulos dos empréstimos de 1891 e 1896, inserto no Diário n.º 67.

Despachos pela Direcção Geral da Fazenda Pública, sobre movimento de pessoal.

Aviso de terem sido retirados da praça os bens da Junta de Paróquia de Salir do Porto, postos à venda na lista n.º 9:583.

Relações de títulos de renda vitalícia.

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.

Acordos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

### MINISTÉRIO DA GUERRA:

Habilitações para levantamento de créditos.

### MINISTÉRIO DA MARINHA:

Portaria de 21 de Março, mandando que seja contado a partir de 1 do mesmo mês o tempo de serviço do pessoal em comissão no Depósito de Fardamentos da Armada.

Despachos pela Administração dos Serviços Fabris, sobre movimento de pessoal.

### MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Portarias de 21 de Março:  
Nomeando uma comissão para proceder a experiências oficiais do carvão artificial Star.

Nomeando uma comissão para apreciar os projectos referentes à construção dum palácio de justiça em Lisboa.

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Nota das receitas realizadas em Março pelas oficinas anexas à Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos.

Relações de pedidos de registo de marcas nacionais e de patentes e adições a patentes de invenção.

Decretos de 24 de Fevereiro, submetendo ao regime de simples polícia florestal diversas propriedades situadas nos concelhos de Castelo de Vide e Portel.

Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

Habilitações para levantamento de créditos.

### MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS:

Anúncio de concurso para provimento de dois lugares de condutor de 1.ª classe das obras públicas das colônias.

Portaria de 21 de Março, nomeando uma comissão para estudar a forma mais adequada de resolver a questão referente ao caminho de ferro de Ambaca.

Habilitações para levantamento de créditos.

Decreto de 18 de Janeiro, resolvendo o recurso n.º 285, de 1910, em que era recorrente o inspector de fazenda do Estado da Índia.

### CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projectos de lei:  
Autorizando o estudo e construção duma linha férrea entre o Entroncamento e a Nazaré.

Reorganizando os serviços administrativos da província de Angola.

Substituindo por um imposto os selos e custas nos processos de inventário orfanotrófico.

Dispensando a Câmara Municipal de Odemira do pagamento da contribuição de registo pela compra dum prédio.

Autorizando a Câmara Municipal de Gouveia a lançar um imposto sobre a lata lavada.

### TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acordão n.º 13:821.

### AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, editos para justificação do extravio e averbamento de títulos.

Governo Civil de Santarém, aviso para a sessão da junta de avaliação provisória do imposto de minas.

Administração do concelho de Penacova, editais acerca da gerência de várias corporações.

Universidade de Coimbra, anúncio e programa do concurso para provimento do lugar de professor da cadeira de desenho anexo à 1.ª secção da Faculdade de Ciências.

Juízo de direito da comarca de Amarante, editos para citação de refractários.

Juízo de direito da comarca de Loulé, editos para expropriações de terrenos.

Juízo de direito da comarca de Penela, idem.

Penitenciária Central de Lisboa, habilitação para levantamento dum crédito; anúncio para compra de ferramentas e venda de sucata de fôlha de Flandres.

Montepio Oficial, anúncio de convocação da assembleia geral.

Caixa Geral de Depósitos, mapa do movimento do fundo de viação municipal em Novembro de 1911.

Bolsa de Lisboa, cotação dos géneros coloniais na semana finda em 16 de Março.

Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra. Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

### ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

**SUMÁRIO DOS APÊNDICES**  
N.º 88—Cotação dos fundos públicos nas Bóreas de Lisboa e Pôrto, em 19 de Março.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR

#### Direcção Geral da Instrução Primária

##### 3.ª Repartição

Por despacho de 13 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 do mesmo mês:

Provídios definitivamente os seguintes professores primários, nas escolas abaixo designadas: Francisco José Gonçalves — no segundo lugar da escola da freguesia de S. Pedro de Merelim, concelho e círculo escolar de Braga.

Rosália Barbosa — na escola mixta da freguesia de Negreiros, concelho e círculo escolar de Barcelos.

Etelvina Augusta Salgado — na escola para o sexo feminino da freguesia de Nabo, concelho de Vila Flor, círculo escolar de Tôrre de Moncorvo.

Custódio Sequeira da Silva — na 2.ª cadeira da escola da freguesia e concelho de Póvoa de Varzim, círculo escolar de Vila do Conde.

Por decreto de 9 do corrente, com o visto de 16 do mesmo mês:

Sobre proposta do Ministro do Interior e tendo em vista a informação da 3.ª Repartição de Contabilidade Pública:

Hei por bem decretar que, nos termos do artigo 52.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, seja abonada a quantia de 75.000 réis, por uma só vez, ao segundo oficial da Direcção Geral da Instrução Primária, António de Abreu e Melo, depois de findos os trabalhos da comissão incumbida do estudo e organização das listas dos professores primários para o efeito da sua distribuição por classes, nos termos dos artigos 85.º a 88.º do decreto com força de lei do 29 de Março de 1911, trabalhos que o mesmo funcionário foi incumbido de coadjuvar por despacho de 8 do corrente.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo, da República, em 9 de Março de 1912. — Manuel de Arruda — Silvestre Falcão.

Por alvarás de 24 e 29 de Novembro último, com o visto de 15 do corrente mês:

Nomeados professores interinos os seguintes indivíduos:

Maria dos Anjos Duarte Miranda — para a escola mixta do lugar de Sequeiros, freguesia de S. Martinho das Moitas, concelho e círculo escolar de S. Pedro do Sul.

Francisco Ribeiro Saraiva — para a escola do lugar da Póvoa, freguesia da Póvoa de Middes, concelho de Tabua, círculo escolar de Arganil.

Maria Garcia Barata — para a escola do sexo feminino do lugar e freguesia de Pedrógão Pequeno, concelho e círculo escolar da Certã.

Por alvarás de 16 e 22 de Dezembro último, com o visto de 16 do corrente mês:

Nomeados professores interinos os seguintes indivíduos:

Maria Cândida da Piedade Matos — para a escola do sexo masculino da freguesia da Azambujeira, concelho de Rio Maior, círculo escolar de Santarém.

Alberto Castro Gama — para a escola da freguesia do Vimieiro, concelho de Arraiolos, círculo escolar do Montemor-o-Novo.

Por alvarás de 13 de Janeiro último, com o visto de 16 do corrente mês:

Nomeados professores interinos os seguintes indivíduos:

Maria de Jesus Cota, para a escola do sexo feminino da freguesia de S. Sebastião, concelho e círculo escolar de Angra do Heroísmo.

Maria da Conceição Meneses — para a escola do sexo feminino da freguesia da Fonte do Bastardo, concelho da Praia da Vitória, círculo escolar de Angra do Heroísmo.

Declarava-se para os devidos efeitos que a professora que, por despacho de 20 de Janeiro último, publicado no Diário do Governo n.º 35 foi provida temporariamente na escola para o sexo feminino da freguesia de Vila

Boa do Bispo, concelho de Marco de Canavezes, círculo escolar de Penafiel, chama-se Laura da Asconsão Azevedo, e não Laura da Assunção Azevedo, como erradamente saiu publicado.

Por despacho de 1 do corrente, com o visto de 14 do mesmo mês:

João Baptista da Cruz, professor regente da escola central de Bragança — nomeado para rege o curso nocturno da mesma escola.

Declara-se, para os devidos efeitos, que por despacho de 15 do corrente, publicado no Diário do Governo n.º 64, a professora Maria dos Anjos Ferreira Vasconcelos foi exonerada, por falta de posse, da escola de Rio de Onor, concelho e círculo escolar de Bragança, e não Rio de Ouro, como erradamente saiu publicado.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 21 de Março de 1912. — Pelo Director Geral, Caldeira Rebolo.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Direcção Geral de Justiça

##### 1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 20 de Março corrente, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos, da lei de 9 de Setembro de 1908

Março 16

Bacharel José Maria de Moraes Sarmento, juiz de direito de 2.ª classe, servindo em comissão o lugar de juiz auditor junto do 1.º conselho de guerra territorial da grande circunscrição militar do sul — promovido à 1.ª classe, e colocado na comarca de Vila do Conde, podendo continuar na comissão depois de tomar posse.

Bacharel Abel Augusto Garcão, juiz de direito de 2.ª classe, servindo na comarca de Moncorvo — promovido à classe e colocado na comarca de Agueda.

Bacharel Carlos de Azevedo Mendes — nomeado sub-delegado do Procurador da República na comarca de Tôrres Novas.

Bacharel João Rodrigues da Cruz — nomeado sub-delegado do Procurador da República na Comarca de Albergaria a Velha.

Março 21

Álvaro José Pires — nomeado ajudante do escrivão do príncipe ofício da comarca de Alfândega da Fé, Alfredo Augusto Pires de Faria.

Fernando de Matos Pinto Garcês, notário interino na comarca de Trancoso — prorrogado por trinta dias o prazo para tomar posse do seu lugar.

Direcção Geral de Justiça, em 21 de Março de 1912. — O Director Geral, Germano Martins.

### Conservatória Geral do Registo Civil

#### Despachos efectuados em 21 de Março de 1912

Domingos Teixeira Sampaio — nomeado ajudante do posto do registo civil de Águas Revez, concelho de Valpaços. José Júlio de Sousa Canavarro — nomeado ajudante do posto do registo civil de Santa Maria de Emeros, do mesmo concelho.

##### Rectificação

Declarava-se que o ajudante do posto do registo civil de Santa Cruz do Bispo, concelho de Matozinhos, é «José da Silva Santos» e não «Joaquim da Silva Santos», como foi publicado.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 21 de Março de 1912. — O Director Geral, Germano Martins.

### Direcção Geral dos Eclesiásticos

##### 1.ª Repartição

Despacho efectuado em 16 de corrente com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 20

Nos termos do artigo 1.º da lei de 17 de Agosto de 1911, concedida ao presbítero Manuel da Silva Martins, pároco colado na freguesia de Macedo, do concelho do Ovar, distrito de Aveiro, a pensão provisória de 22.500 réis mensais, ficando esta pensão sujeita a todas as imposições legais, na conformidade do artigo 139.º do decreto com força de lei